

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90- ECA , torna publica a Ata da Reunião Extraordinária do dia 18 de novembro de 2015

ATA DA REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA Ë Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente

Aos 18 dias do mês de Novembro de 2015, abriu a reunião a Conselheira Maria Iracema de Araujo, Coordenadora da CPGDCT, e Coordenadora da Comissão Eleitoral Central representando a sociedade civil. Solicitou que a presente reunião fosse gravada mesmo sendo em aparelho celular, e pediu ainda que fosse feita uma declaração regimental da reunião dado seu caráter de urgência, lembrando que o Regimento Interno do CMDCA prevê para casos omissos este recursos. A conselheira Sueli Maria de Lima Camargo avisou os presentes que o Promotor da Infância Dr. Eduardo Dias está a caminho da reunião, pois neste dia dá aula na PUC . Maria Iracema de Araujo informou que a presente ata será lavrada e publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo e lida e referendada na próxima reunião ordinária do CMDCA, que ocorrerá no próximo dia 30.11.15 na Câmara Municipal dos Vereadores. Pediu que seja registrada a participação nesta reunião dos candidatos a conselheiros tutelares, assunto que foi deliberado na reunião na data de ontem 17.11.15 quando a Comissão Eleitoral Central recebeu estes representantes que passo a citar: Sr.Isac Macedo de Jesus, Rozei Brito Silva, **Raimunda** , Joao Santo (representante do mandato do Vereador PoliceNeto, da Câmara Municipal) e Angela rosa Soares Paz. O Conselheiro Mauro Caseri , Coordenador da Comissão Eleitoral Central representando o governo, tomou a palavra e solicitou a manifestação dos conselheiros a respeito do caráter deliberativo desta reunião. O Sr. João Santo pediu fazer uso da palavra e lembrou que nas eleições de 2011 ocorreu o fato da Promotoria aceitar a deliberação neste formato e depois um juiz pedir esclarecimentos, lembrando que os candidatos estavam hoje (18/11/15) mais tranquilos com a decisão tomada ontem (17/11/15), e que entende que a grande maioria é favorável ao adiamento das eleições ocorrida no domingo (15/11) e que um grupo pequeno de candidatos a conselho tutelares entende que se deva apurar os votos. Joao Santo disse ainda que acredita que poderemos fazer uma bela eleição em fevereiro de 2016, sugerindo que fosse convocada uma reunião extraordinária do CMDCA para segunda feira (23/11/15). O Conselheiro Sergio Pinto Carneiro disse que a estratégia é justamente esta, e que os conselheiros podem deliberar e depois ler em um reunião extraordinária a ata desta reunião. Mauro colocou a questão de ordem de que precede os conselheiros presentes decidirem se esta reunião tem caráter deliberativo, sem o que não tem sentido discutir o local e data. A Conselheira Athene Maria de Marco França Mauro colocou considera que a questão possa ser deliberada em reunião extraordinária, e que é importante que haja parecer legal da Promotoria nesse sentido. O Conselheiro Mauro Caseri pediu novamente o parecer dos conselheiros para decidir acerca do caráter deliberativo desta reunião e só então deliberar em uma reunião ordinária ou extraordinária o assunto . A Sra. Rudineia Arantes da CPCTSP disse que agora desafogou as coisas, o pessoal já sabe que tem uma decisão na cidade para mudar a eleição, continua que tem esta proposta de chamar para segunda feira uma extraordinária para

deliberar, lembrou que a promotoria e o órgão fiscalizador do processo e não e o MP . Ministério Público quem delibera e sim a comissão eleitoral central e resalta ainda a SMDH . Secretaria Municipal dos Direitos Humanos que deve acompanhar este processo. Voltou a falar que acredita que a SMDH deve oferecer ainda o aparato legal para a tomada das decisões da comissão central eleitoral. O Conselheiro Mauro Caseri entrevistou e solicitou que a Sra. Rudneia focasse na pauta da reunião. A Conselheira Maria Iracema de Araujo colocou que o Regimento Interno do CMDCA permite deliberar acerca da questão, dado o caráter de emergência da situação, tendo em vista que quando o CMDCA fez a convocação os conselheiros, a Comissão Central Eleitoral não tinha definido a data do próximo pleito (que será dia 21.02.16). Neste sentido, sugere a seus pares que devem deliberar o caráter da reunião como decisório mesmo correndo o risco de judicialização da questão. E reformulou sua proposta de fazer a ata e referendar a decisão na próxima reunião ordinária do CMDCA (dia 30.11.15, às 10h na camara municipal no salão nobre 8 o andar). O participante Sr. João Santo fez uso da palavra e disse que mantinha sua preocupação com relação a preservar o CMDCA. E questionou: o que é omissão? Voltou a lembrar que em 2011 aconteceu de fato similar na pleito da época. Acha que é preciso fazer todo registro e acredita ser necessário respaldar em uma reunião extraordinária ainda na segunda feira (23.11.15), pois avalia que não se deve correr o risco de um juiz anular a decisão por causa de apenas um dia. O conselheiro Mauro Casseri lembra que jogando para a ordinária seria um ad referendum. Em seguida leu os nomes dos conselheiros de direitos presentes com direito a votar. Joao Santo discorda de Mauro Caserri e diz que não caracteriza ad referendum. A conselheira Maria Iracema de Araujo acha já que permitirmos a presença dos candidatos a conselheiros tutelar (uma comissão de 4 pessoas) deveríamos dar a palavra para as duas pessoas que se inscreveram o que foi aprovado. A Sra. Raimundda Mota Costa, candidata ao conselho da Sé, disse que, em primeiro lugar, ninguém havia lhe feito convite, foram eles que lutaram para estar presentes, e, em segundo lugar, que queriam saber o que foi deliberado na reunião com o Prefeito Fernando Haddad (realizada no dia anterior, 17.11.15). Também questionou o que garantiria que a próxima eleição do conselho tutelar (21.02.16) vá acontecer com tudo o que for necessário. Colocou que acha que ninguém esta preocupado com o direito da criança e adolescente neste conselho (CMDCA) e acusou o conselheiro Sergio Pinto Carneiro de não fazer sua parte na educação. A reunião foi interrompida. Na sua retomada, a conselheira Karia Cristina dos Reis lembrou que foi acordado que 5 pessoas poderiam subir. O Conselheiro Mauro Caseri colocou que a representação seriam 4 pessoas e se aprovarmos correremos o risco e ter mais pessoas que esperávamos . A Conselheira Solanje Cristina Castro Sampaio lembrou que existem candidatos que são conselheiros que estavam na manifestação em pleno horário de trabalho e outros vieram na manifestação com carro oficial do Conselho Tutelar . O conselheiro Carlos Alberto de Souza Jr. chamou a atenção para o fato da reunião não ter sido convocada para decidir que vai subir ou vai ficar embaixo do prédio da SMDH. A sra. Rosemeire de Brito candidata a conselheira tutelar da Sé fez uso da palavra, lembrando que não veio na reunião para brigar com os conselheiros de direitos do CMDCA, e sim em busca dos seus direitos, e falou que nos pontos de votação da Sé e Bela Vista não houve nenhum problema , questionando por que não fazer a apuração dos votos destes locais, e continuou dizendo que eles não decidiram nada, pois chegaram lá e a nulidade do pleito já estava decidida, e, sendo assim, quer saber a nova data das eleições para conselheiro tutelar. O conselheiro Mauro Caseri

explicou que antes, precede decidir o caráter da reunião. Dirigiu-se aos conselheiros de direitos presentes, com direito a voto, e perguntou se estes se sentiam informados o suficiente para tanto. O Presidente do CMDCA, José Geraldo de Paula Pint, pediu a palavra e propôs que a conselheira Maria Iracema de Araujo defendesse sua proposta em 3 minutos e o Sr. João Santo a dele, o que foi realizado e acatado pelos presentes . Após a explanação a questão foi colocada em votação por contraste dos presentes.

A proposta apresentada pela conselheira Maria Iracema de Araujo foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes aptos a votar. Após decisão a conselheira Maria Iracema de Araujo fez um resgate do processo de escolha para conselheiros tutelares da cidade de São Paulo, lembrou que o Secretario Eduardo Suplicy ele ficou parte da reunião e depois o chefe de Gabinete aonde foram debatidos sobre a suspensão da apuração e como foi o dia de domingo de votação (15.11.15) . Nesta reunião A Comissão Eleitoral Central apresentou ao executivo tudo que era necessário para o pleito acontecesse. Na ocasião, foi colocado tudo o que seria necessário para realização do pleito, conforme abaixo:

(extrato do documento entregue a SMDH . Secretaria Municipal de Direitos Humanos)

PROCEDIMENTOS QUE ANTECEDEM O DIA DA ELEIÇÃO:

- Urnas, quantidade por ponto de votação;
- Lona, quantidade por ponto de votação, assim como para os 08 locais que serão por cédulas manuais;
- Treinamento dos Servidores;
- GCM;
- Escolas, como se encaminhará a situação, no que se refere aos diretores das escolas se recusarem a abrir a unidade escolar, sem a presença de GCM na unidade escolar;
- Qual o número de Servidores, todos receberam treinamento? Uma vez que a Secretaria de Esportes ligou na presente data, solicitando orientação, uma vez que tomaram ciência da convocação pelo DOC, mas necessitam de orientação;
- Foram convocados, suplentes
- Crachás
- Responsáveis pelo preenchimento dos crachás dos Fiscais, Comissão Central e Comissões Regionais
- Distribuição dos crachás dos Fiscais, Comissão Central e Comissões Regionais
- kit, para as Comissões Regionais, deverão estar compostas, por: Cartazes de com votar, Cédulas de votação, Urnas Manuais (Lona), Papelão ou outro instrumento de Privacidade da urna (garantindo sigilo do voto), Comprovante de Votação, Caderno Eleitoral, ATAS, Cartazes informando o impedimento do uso de celular, Cartazes identificando que aqui é ponto de votação, Manual de Orientação, Regimento Interno e Instrumental de Protocolo;

- O material deverá ser retirado no sábado das 10:00 as 16:00 horas, devendo ser feito uma escala de horário para retirada do mesmo;
- Necessário viabilizar local para permanecer o material, realizar montagem do Kit e sua distribuição;
- Funcionários para realizar montagem dos Kits;
- 02 funcionários para auxiliar a Comissão Central na entrega dos Kits;

APURAÇÃO

- Os servidores deverão comparecer as 16:00 no local de apuração;
- Viabilizar planilha de apuração por Conselho Tutelar, com o nome dos candidatos;
- Rádios, visando comunicação entre a Comissão Central, CMDCA e SMDHC;
- No local centralizado, realizar a individualização de 32 locais de apuração, com 50 servidores;
- Água e Alimentação para a Comissão Central, Servidores e Conselheiros de Direitos.

ESTRUTURA PARA O DIA DA ELEIÇÃO

- 06 Carros;
- 02 Servidores para ficar no CMDCA;
- Celulares para Comunicação entre a Comissão Central;
- Providenciar liberação (acesso) dos membros da Comissão Central para sábado e domingo;
- Água e Alimentação para os membros das Comissões Regionais, Comissão Central, Servidores e Conselheiros de Direitos.

Maria Iracema colocou que foi pedido, ainda, que fosse colocadas 52 estações ou seja uma para cada conselho, lembrando das pessoas deficientes, SMDHC colocou várias dificuldades e aceitamos que tivesse 32 estações. Lembrou ainda que na terça-feira (10/11) a SMDHC ainda não havia definido e nem publicado o local da apuração, o que ocorreu somente no dia 12.11.15. Maria Iracema de Araújo, colocou também que cobraram também que deveria haver 10 servidores para elaboração do KIT e informaram tudo que deveria o KIT deveria conter, (senhas, urnas, lacre para urna, etc..). A SMDHC preparou um check List. No Sábado 14.11.15 ainda não havia sido montados os kits bem como faltava a Planilha de Apuração na sexta-feira, que foi começando a ser feita e depois recebida pela Comissão Eleitoral. No sábado 14/11, a Comissão Eleitoral Central colocou a preocupação por conta do KIT, e havia o combinado que a comissão central não assinaria, mas apenas as comissões regionais, dando conta da entrega dos mesmos. No dia 14.11.15. Sábado membros da Comissão Central receberam diversas ligações de diretores de escolas, que relatavam não haver recebido as urnas eletrônicas. O Sr. Mauro colocou que a eleição foi pensada para ser feita no computador (via sistema), daí que os materiais para urna em papel, ou seja, o plano B, não poderia ser para duas eleições, pois a expectativa era apenas para trabalhar a excessão, apesar do

número de cédulas existentes ter sido menor do que aquele solicitado pela Comissão Eleitoral Central. Justifica que não foi paralisada a eleição no sábado porque houve a garantia de que o sistema seria implantado.

O Conselheiro Mauro Caseri também colocou que no domingo chegaria em SMDHC e tinham a preocupação de que na cidade haveria servidores para tocar a eleição. Disse que foi feita consulta às regiões e que foram informados que havia o mínimo 6 pessoas, às 8h da manhã do domingo na grande maioria das escolas. Às 8h50 começaram a chegar informações que havia urnas eletrônicas que não estavam funcionando, então, ele, Mauro, e o Conselheiro Sergio Pinto Carneiro, que estavam de plantão em SMDHC autorizaram o início da votação manual, com cédulas. Garantiram que todos os kits haviam sido enviados com uma urna e voto de papel, portanto todos poderiam começar a votação às 9h. Relatou que com o passar do tempo, foram percebendo que não havia sistema e que as cédulas já haviam acabado. A partir disso, orientaram que fosse tirado xerox das cédulas, já que as mesmas teriam como garantida a assinatura do mesário e presidente da mesa. Disse que foi então que começaram a aparecer comentários de que havia acabado a urna e outros apontamentos como não ter programa no pen drive. Relatou que foram vivendo isto o dia inteiro na expectativa que o sistema iria voltar. A Conselheira Luciana Bispo tomou a palavra e relatou que na subprefeitura em que ela estava havia 16 pessoas nas escolas, de modo que não havia número suficientes de servidores, e questionou de quem era a atribuição de acompanhar os processos nas escolas. Denunciou também que os técnicos não estavam preparados para manejar o sistema. O Conselheiro Mauro Caseri disse que fez a formação dos funcionários da subprefeitura e que todos haviam participado, inclusive quem faltou fez a reposição das aulas. Reforçou ainda que quem não acredita que quem não tiver satisfeito não deveria participar dos trabalhos do pleito (servidores) e que deve-se colocar pessoas respeitando suas habilidades e perfil. Concluiu que os servidores não estão preparados para ter 300 mil votos no papel, e não dava para fazer em dois modelos a eleição. Em resposta à indagação da conselheira Luciana Bispo, o Conselheiro Mauro Caseri informou que o monitoramento da eleição era atribuição de SMDHC, apesar da SME ser quem tem o contrato do sistema. Mauro citou exemplo do sistema, que deveria continuar ligado em energia elétrica, e o vigia da escola não foi informado e desligou a chave no domingo para abrir a urna eletrônica demora 45 minutos o que atrasa o pleito por outro lado a diretora da escola não sabia disto.

A Comissão Eleitoral Central, nas pessoas das conselheiras Viviane Trindade Luz Cruz e Sueli Maria de Lima Camargo, afirmou que estiveram no dia 15.11.15 na região Oeste, no horário das 9h30 e que havia pane total. Relataram que em uma escola, a diretoria mostrou para elas que todos os locais de votação o sistema estava inativo. De acordo com Sueli Maria de Lima Camargo, logo após, Maria Iracema chamou todos os membros da comissão central para o CMDCA, e quando chegaram tiveram um diagnóstico da cidade. Disse que informou o Secretário Adjunto de SMDHC, Guilherme Campos, que a eleição correria um risco muito grande de ser impugnada e de que afirmou que isto seria quase certo. Disse que solicitaram informações às Comissões Regionais, que informaram que haviam impresso cédulas em alguns locais e que em outros o sistema voltou.

Relatou que o Promotor Eduardo Dias chamou o secretário e o adjunto e que decidiram continuar com o pleito aonde tínhamos 147 pontos de votação funcionando pelo sistema. Na tentativa de minimizar o prejuízo aos candidatos, deliberaram que o pleito se estenderia até 19h, e que, com essa decisão, tiveram problemas com os servidores, que estavam escalados até 17h. Athene colocou que houve umas que fecharam as 17 e outras 19h. Sueli Camargo colocou que orientou que as que fecharam as 17h constasse em ata que se iniciou às 9h.

O Conselheiro Mauro Caseri pegou a palavra e explicou que a proposta era de anular todos os atos do dia 15 de Novembro de 2015. Mesmo considerando que nas subprefeituras o sistema funcionou e que o Prefeito garantiu que seria dada estrutura completa para as eleições no dia 21.02.16. Informou que o Prefeito também se comprometeu a realizar auditoria junto à Controladoria Geral do Município para apurar responsabilidades de servidores e ou fornecedores, e que ordenou a suspensão de qualquer pagamento do pleito antes da conclusão do trabalho da Controladoria.

A Conselheira Solanje Cristina Castro Sampaio contou que o processo na Região Itaim Paulista, na zona leste, onde havia 18 escolas, foram instalados o programa em 4 escolas e, destas, apenas 1 funcionou. Das 8h, quando a conselheira chegou na escola, até as 12h, a diretoria da Escola Pasquale não havia aberto a eleição. Na conversa com o Prefeito Fernando Haddad, a Comissão Eleitoral Central pontuou que para fazer uma nova eleição (22.02.16), é preciso que estejam garantidos os representantes das secretarias Saúde e Sub.Prefeitura, a implantação dos 520 pontos, sistema eficiente eletrônico, ampla divulgação, estrutura física e humana, preparação dos servidores, apoio administrativo e financeiro frente as deliberações da Comissão Eleitoral Central, estrutura de Servidores para apuração, estruturação e local para os 8 novos conselhos implantados. Estes pontos foram colocados ao Prefeito ele garantiu cumpri-los. Foi deliberado que ficará a cargo Secretária de Governo dar suporte a comissão Central e CMDCA. A Conselheira Luciana Bispo lembrou da questão de segurança para o pleito dia 21.02.16. O Conselheiro Sérgio Pinto Carneiro propôs que fosse preparada uma nota de desagravo aos servidores públicos que trabalharam no dia (15.11) lembrando que fora prometida aos servidores uma votação eletrônica, segurança, 12 pessoas por ponto de votação e apenas 6 pessoas compareceram no dia, para amenizar a situação constrangedora de maus tratos que os servidores passaram durante o pleito, que pagaram por uma desorganização que não era deles. Portanto o CMDCA precisa preparar esta nota. A candidata a conselheira tutelou rebateu falando que acredita que toda a população deveria ser pensando em nota de desagravo. As pessoas estão sem informação, e a decepção é geral. O Conselheiro Mauro Caseri disse acreditar que precisamos pensar em uma nota aos candidatos, aos servidores e a população em geral. A conselheira Solanje Cristina Castro Sampaio lembrou que houve problemas com alguns servidores, e defendeu que seja feita uma nota direcionada à população em geral, candidatos e servidores. Disse também que o CMDCA é responsável pelo processo, mas que não pode ser culpado, tendo em vista a diferenciação entre o órgão que delibera, CMDCA, e o que executa, SMDHC. O Conselheiro Carlos Alberto de Souza Junior relatou que ficou em Parelheiros e circulou na região, que foi ameaçado fisicamente por candidatos, que houve problema com as cédulas e que resolveu tirando xerox. Informou que a informação sobre a ampliação dos horários da

votação chegou muito tarde nos pontos em que visitou. Questionou o encaminhamento que deveria ser tirado, sobre o que se iria fazer com o material. O Conselheiro Sergio Pinto Carneiro lembrou que precisava das atas devido a publicar os funcionários que trabalharam. Sobre a ampliação de horário viu candidatos que tiveram o privilégio da informação e acionaram veículos. O Conselheiro Mauro Caseri lembrou que era necessário guardar as urnas até o próximo pleito, por conta de eventual ordem judicial. A conselheira Solanje Cristina Castro Sampaio informou que foi tratado com o Prefeito Haddad a implantação das 8 novos conselhos em São Paulo. A conselheira Leda Sueli de Arruda Martins pediu cuidado em falar em servidores convocados, citou o parque da luz aonde os servidores foram muito competentes, os servidores vieram para uma formação na libero badaro, 425. E uma situação precisa ter mais cuidado (lembra que tinham muito mais pessoas) e mudaram o local sem avisar. Disse também que houve falhas administrativas. Em relação ao horário ir até 19h, disse que receberam a informação tarde e iniciaram os trabalhos às 9h20. A Conselheira Athené de Franca Mauro disse que houve locais em que o pleito foi encerrado as 17h10, e que, na verdade, o pleito foi encerrado em horários diferentes em locais diferentes. A Sra. Rudineia Arantes lembrou que a Comissão Eleitoral Central fez uma lista de pedidos Chek List com no mínimo 15 itens que não foram cumpridos, esta reunião se tornou deliberativa, portanto ela vai acatar a decisão da Comissão Eleitoral Central, e que resta entendido que a coisa foi péssima. Disse que têm a responsabilidade de falar para a cidade. Questionou, a partir disto, quais as garantias que o pleito vai ser feito, e se existia um acordo formal entre CMDCA e a Prefeitura de São Paulo, se eles estavam preparado para dar respostas a sociedade, o processo nao teve nem lisura, responsabilidade e nem seriedade.

O Promotor Dr. Eduardo Dias Ferreira lembrou que o Minitério Público não faz parte do CMDCA, não faz parte da comissão eleitoral e está nesta reunião como fiscalizador do processo eleitoral. Perguntou se a comissão eleitoral deu ciência ao CMDCA, e lembrou que entregou ofício apontado a fragilidade do processo eleitoral. Disse que enquanto MP tem cumprindo suas atribuições e citou o caso da uma da Mooca que não daria para validar pois não tinha a zeréssima. Por conta dessas questões, o Ministério Público sugeriu que fosse suspensa a apuração o que foi acatado pela Comissão Eleitoral Central.

O Promotor Eduardo Dias disse que domingo, no dia da apuração, O Ministério Público queria uma avaliação da Prodam e das comissões regionais, o que acabou não ocorrendo pois muitos foram embora. Foi falado que ali estavam promotores que ganhava 20 mil reais e já tinham tomado banhos. O Promotor afirmou que os seus colegas promotores não recebem 20 mil reais. Os promotores que participaram do processo foram 44 que foram sorteados para participar. A SMDHC acionou a Prodam para perguntar quantos pontos de votação foram ativados no dia 15.11.15 e ao dizer ativado não garante o cumprimento do horário. A avaliação dos promotores é que as urnas funcionaram bem apenas nas subprefeituras, que foram 29 locais, com base nestas informações, de percepções visual, relatórios e por meios de midia social, concluímos quando ouvi a fala de Fábio Rodrigues que disse: - foi uma eleição de papel., Lembrei do livro cidadão de pael de Gilberto Dimestiam. O MP decidiu sair da apuração e se reunir com a comissão eleitoral central e

SMDH (acionei a PM), A PM fez uma avaliação que naquele momento deveria acionar a tropa de choque - a tropa ficou de prontidão naquele momento somente nas proximidades pois poderia causar ainda mais tumulto.

Disse que concluíram que a eleição que seria eletrônica virou de papel, então a excessão virou a regra. Em uma eleição com urna eletrônica existe a redundância. As urnas com cédulas de papel deveriam ser levadas direto para o ponto de apuração sendo que as mesmas passaram pelas Sub.Prefeituras para ser assim precisaria passar pelas comissões regionais e os mesários que participaram do lacre das urnas e o presidente da mesa também deveriam acompanhar as urnas. O MP optou em ficar ali com o objetivo de preservar as pessoas que estavam ali. Disse que assumiram o compromisso com o secretário de só sair dali quando todos saíssem. Informou ainda que ele mesmo ficou na praça das artes até 3h50. A sua equipe trabalhou no domingo e inclusive nos feriados. Conversou com promotores anteriores antecessores dele. Em Guaianases a comunidade deu fuga ao um cidadão que recebeu ordem de prisão de uma promotora. Opinou que ainda que conseguissem salvar algumas urnas, teriam uma eleição com questionamento, que aqueles que não forem eleitos podem arrastar processos por anos. Colocou que o Prefeito Fernando Haddad, que é o administrador de todo este processo, quer refazer o pleito, para salvar a eleição do dia 15.11.15 e frente o histórico frágil que se apresenta. Dos 1.520 candidatos, 520 candidatos, 260 ficariam contentes e 260 meios contentes e tenho 1000 insatisfeitos. Disse que dificilmente não vai haver impugnação, e haver apuração seria um desgaste dado o quadro geral. Lembrou o princípio da eficiência que deve ter a administração pública. Entre o feriado que antecedeu o seminário realizado aqui e as eleições foram distribuídas 11 ações públicas que discutia o reordenamento de acolhimento. Falou que o TÁC que está sendo construído não vai ser levado para conselho superior pois seria deliberado após março de 2016, e informa que pretende leva-lo em juízo para ser homologado. Comentou que o Prefeito designou a Secretaria de Governo para realizar o pleito, cuja natureza é mais afim com a organização da eleição do dia 22.02.16. Quando a segurança informou que o ideal é fazer (construir proposta) de uma operação delegada, precisa envolver o CMDCA e Comissão Eleitora e SMDH aonde está vinculado o CMDCA.

Lembrou do processo de mudança do processo de escolha do dia 04 de outubro para 15 de novembro de 2015, aonde foi chamado o CMDCA seus coordenadores no auditorio do MP, tratamos da questão do plantão dos conselhos tutelares, estrutura do cmdca e conselho tutelares. Lembrou que tem muitos conselheiros respondendo a inqueritos pela falta do CMDCA não realizar encontros semestrais como o mesmo dando uma formato de formação para os mesmos. Lembrou alguns pontos para remarcar a eleição dia 21.02.16:

- 1) Preciso contemplar a prorrogação de mandato
- 2) Não pagar os agentes envolvidos no processo
- 3) Segurança (operação delegada) ou a GCM vai fazer
- 4) Publicar todas as atas no site do cmdca

- 5) Chamar OAB, vale rechamar dado a nova direção
- 6) Retomar a participação do poder público
- 7) CMDCA cumprir o regimento
- 8) Urna em excessão para direto para apuração central
- 9) Cmdca resolução proibindo a boca de urna argumentando questão ambiental, caracterizando crime de desobediência
- 10) PM e sua participação (força delegada)

O ideal seria no longo prazo que o Tribunal Eleitoral organiza-se as eleições para conselheiro tutelar e que ela contecesse juntamente com as eleições para governador/ Presidente como ocorre em outros países inclusive como plebicitos . Quando ao material (urnas e votos que estão na praça das Artes) precisa também decidir que o material será inutilizado levando para a homologação judicial. Lembrou 44 relatorios preparados pelos promotores além de estar recebendo regionais e vai preparar um relatorio geral do pleito do dia 15.11.15 na cidade de São Paulo.

O Pormotor prosseguiu dizendo que a Defensoria não foi chamada para a comissão eleitoral central o que poderá fazer agora. Lembrou que os funcionários que trabalharam e os candidatos que atuaram com lisura devem ser mencionados no desagravado. Enfim que se pautaram com espirito republicando, diferenciando dos outros que tiveram atitudes diferentes. Citou um candidatos oferecendo matricula integral na escola de futebol em seu material de campanha . Pediu quais entidades indicaram quais candidatos. Esta tendo diferença entre movimento popular e movimentação popular pedindo atestado de votação. Se a eleição for anulada as bocas de urnas e outras irregularidades não podem virar processos e impugnação deste pelito do dia 15.11.15. E preciso informar também a imprensa sobre as decisões do CMDCA sobre o pleito e a mundança de data . O Sr. Isaac Macedo de Jesus candidato do itaim paulista tem preocupação da próxima eleição do desgaste que vai ser, somos candidatos estamos com medo. A comissão de represenatntes não tem representação na comissão central (mauro chama atenção que candidato nao pode fazer parte da comissão eleitoral dado conflito de interesse) . A conselheira Solange Cristina Castro de Sampaio Lembra a comissão regional que e composta pela sociedade civil sociedade civil e governo e acredita que voces estão representados nela O Dr Eduardo Dias -sugreri que agora a Comissão Central pense em 1 ou 2 representates da comissão regional solucionando o problema de local. Findando as explanbações o conselheiro Mauro Casseri coloca em votação a seguinte decisão anteriormente pergunta se todos conselheiros se sentem esclarecidos e entram em processo de votação %as presentes conselheiros que acatam a posição da comissão eleitoral , que tornar sem efeitos os atos no domingo 15.11.15 que significa dizer que todo o processo esta mantido, em votação por

contraste (levantando aos mãos) foi deliberado por unanimidade dos presentes acatar a decisão comissão eleitoral central.

Após a decisão os presentes pediram o registros dos termos que embasa a decisão tomadas acima e descrita:

- 1) Nulção dos atos praticados do dia 15.11.15 relativo ao processo de escolha dos conselheiros tutelar da cidade de São Paulo
- 2) Esta deliberação se pauta em compromisso firmado com o Sr. Prefeito da cidade de São Paulo, Sr. Fernando Haddad o Secretário de Direitos Humanos Eduardo Suplicy que assume o novo processo
- 3) 2.1 . O Processo será realizado pelo Prodam
- 4) 2.2 - Haverá participação de representantes das Secretarias Municipal dentro da comissão central eleitoral efetivamente na
- 5) 2.3 . Ampla divulgação da data do novo pleito
- 6) 2.4 - Aumento dos pontos de votação
- 7) 2.5 - Sistema de urnas eletrônicas eficiente
- 8) 2.6 - Recursos financeiro para as deliberações da comissão eleitoral central
- 9) 2.7 - Recursos humanos adequados
- 10) 2.8 - Convocação dos servidores bem como a devida formação dos mesmos para a eleição
- 11) 2.9 - Implantação das novas sedes dos 8 conselheiros tutelar
- 12) 2.10 . Oficializar a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros tutelares
- 13) 2.11 . Definir a data da posse dos novos conselheiros
- 14) 2.12- Definir um técnico da Prodam no mínimo em cada região de votação ou seja 52 pessoas
- 15) 2.13 . Dado o aumento dos pontos de votação reapreciar as impugnações com relação ao De/Para.

A Conselheira Solange Sampaio lembrou que é preciso pensar na data da posse pois muitos conselheiros terão dificuldade pois já arrumar outras ocupações e assim não poderemos chamar os suplentes . Dr. Eduardo quando ocorrer este fato podemos acionar a ação cotidiana de forma colegiada. Encerrou-se a reunião.